INEDITORIAIS

SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO

CNPJ: 55.989.784/0001-14 - RIBEIRÃO PRETO - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Senhores Administradores
SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO.
CNPJ 55.989.784/0001-14 - Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da entidade **SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO** em 31 de dezembro de 2016 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado em 4 de abril de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **entidade** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2017
AUDIOESP - AUDITORIA E CONSULTORIA S/S.
CRC nº 2SP013587/O-8
Ato Declaratório CVM nº 8292/05
IBRACON Nacional nº 161 - Código da CVM nº 7218
ANTONIO CARLOS MABILIA
CTCRC nº 1SP044192/O-4 - CNAI nº 48

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2016 E 2015
(EM REAIS)

	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	**28.917.325**	**21.824.507**
Disponível	**1.121.190**	**682.198**
Realizável	**27.796.135**	**21.142.308**
Aplicações Financeiras	12.581.871	11.383.661
Convênios SUS a Receber	3.549.230	2.669.385
Hospital de Ensino a Receber	2.349.858	2.349.858
Outros Convênios a Receber	5.315.660	1.113.069
Créditos Tributários e Previdênciários	13.434	-
Estoque	1.894.480	1.627.269
Bens e Titulos a Receber	2.091.602	1.943.018
Despesa Antecipadas	-	56.049
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**89.427.754**	**75.643.371**
Realizável a Longo Prazo	**48.968.202**	**46.160.177**
Títulos e Créditos a Receber	-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	90.860	90.860
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.027.951	1.014.496
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	47.849.391	45.054.822
Investimentos	**18.561.737**	**9.193.032**
Imóveis Destinados a Renda	7.276.352	7.276.352
Outros Investimentos	11.285.385	1.916.680
Imobilizado	**21.895.386**	**20.287.668**
Imóveis de Uso Próprio	**16.675.787**	**16.675.787**
Imóveis de Uso Próprio - Hospitalares	13.705.869	13.705.869
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	2.969.918	2.969.918
Imobilizações Em Curso	**4.366.243**	**2.783.359**
Hospitalares	3.893.690	2.313.099
Não Hospitalares	472.553	470.261
Outras Imobilizações	**312.889**	**275.462**
Hospitalares	172.209	133.963
Não Hospitalares	140.680	141.499
Móveis e Utensílios	**153.887**	**166.481**
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	153.887	166.481
Outras Imobilizações	**386.579**	**386.579**
Outras Imobilizações Não Hospitalares	386.579	386.579
Intangível	**2.428**	**2.494**
TOTAL DO ATIVO	**118.345.078**	**97.467.878**

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2016 E 2015
(EM REAIS)

	2016	2015
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	**24.886.442**	**23.212.307**
Parcelamento Ressarcimento ao SUS	1.207.351	2.203.005
Comercialização sobre as Operações	-	-
Fornecedores de Serviços Médicos	7.595.743	5.480.128
Tributos e Contribuições a Recolher	5.365.913	5.244.218
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	1.832.059	2.114.001
Obrigação com Pessoal	4.283.230	3.695.916
Fornecedores Materias e Serviços	4.559.805	4.312.685
Outras Contas a Pagar	42.340	162.355
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**83.284.295**	**79.206.997**
Exigível a Longo Prazo	**83.284.295**	**79.206.997**
Parcelamento Ressarcimento ao SUS	1.596.070	896.789
Provisão para Contingência Civil	3.836.188	869.000
Tributos e Contribuições	1.130.101	1.130.101

Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	853.448
Outros Débitos	6.434.116	7.551.451
Outras Exigibilidades a Longo Prazo	47.318.358	44.475.788
Tributos e Encargos Sociais	**22.969.461**	**23.430.420**
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.297.337	4.297.337
Parcelamento de Tributos e Contribuições	18.672.124	19.133.083
PATRIMÔNIO SOCIAL	**10.174.342**	**(4.951.426)**
Patrimônio Social	2.766.038	2.766.038
Reservas	-	-
Reservas de Capital		
Outras Reservas de Superávits	387.140	387.140
Superávit / (Déficits) Acumulados	7.021.163	(8.104.605)
TOTAL DO PASSIVO	**118.345.078**	**97.467.878**

DSDE - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2016 E 2015
(EM REAIS)

	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**117.517.670**	**106.578.278**
Convênios	71.180.091	60.546.249
Particulares	408.984	402.415
SUS	32.482.281	31.302.527
Subvenções Estaduais	5.746.738	7.277.511
Verbas Parlamentares	650.000	-
Hospital de Ensino	7.049.575	7.049.575
(=) RECEITA LÍQUIDA	**117.517.670**	**106.578.278**
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(72.378.565)**	**(64.315.692)**
Materiais e Medicamentos	(22.659.088)	(20.297.840)
Honorários Médicos	(49.347.092)	(43.388.355)
Outros Custos	(372.386)	(629.497)
(=) RESULTADO BRUTO	**45.139.104**	**42.262.586**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(45.504.391)**	**(36.803.262)**
Despesa com Pessoal	(32.728.345)	(24.609.718)
Serviços Terceiros	(4.973.125)	(4.738.872)
Localização e Manutenção	(6.584.038)	(4.929.476)
Propaganda e Publicidade	(95.895)	(78.544)
Despesas Tributárias e Encargos	(237.348)	(206.723)
Depreciação/Amortização	(878.846)	(991.195)
Outras Despesas	(6.793)	(2.665)
Provisão para Perda sobre Créditos	-	(1.246.070)
Isenção Cota Patronal e Cofins	11.330.336	9.997.243
(-) Isenção Cota Patronal e Cofins	(11.330.336)	(9.997.243)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	**2.497.828**	**2.341.377**
Outras Receitas	2.497.828	2.341.377
RESULTADO FINANCEIRO	**627.458**	**(1.108.916)**
Receitas Fiinanceiras	1.923.609	1.077.429
(-) Despesas Financeiras	(1.296.151)	(2.186.345)
RESULTADO PATRIMONIAL	**5.635.917**	**3.100.930**
Receitas Patrimoniais	5.637.988	3.101.852
(-) Despesas Patrimoniais	(2.070)	(922)
SUPERAVITS DOS EXERCICIOS	**8.395.916**	**9.792.715**

DMPS - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2016 E 2015
(EM REAIS)

	Patrimônio Social	Reservas	Superávit / Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**2.766.038**	**387.140**	**(18.887.388)**	**(15.734.209)**
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Ratificação de erros de exercícios anteriores (**nota 19**)			990.068	**990.068**
Superávit do Exercício			9.792.715	**9.792.715**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**2.766.038**	**387.140**	**(8.104.605)**	**(4.951.426)**
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Ratificação de erros de exercícios anteriores (**nota 19**)			6.729.852	**6.729.852**
Superávit do Exercício			8.395.916	**8.395.916**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**2.766.038**	**387.140**	**7.021.163**	**10.174.342**

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA METODO INDIRETO
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2016 E 2015
(EM REAIS)

	2016	2015
Superávit do Exercício	8.395.916	9.792.715
Ajustes:	-	-
Depreciação/Amortização	796.488	991.195
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.729.852	990.068
Resultado Equivalencia Patrimonial	(2.828.497)	(850.149)
Provisões para Devedores Duvidoso	-	1.246.070
(Aumento) diminuição em ativos operacionais	**(9.461.852)**	**(49.887.580)**
Aplicações	(1.198.210)	(4.896.735)
Convênios a Receber	(5.082.437)	(3.137.742)
Créditos Tributários	(13.434)	-
Bens e Títulos a Receber	(415.796)	678.538
Despesas Antecipadas	56.049	494.921
Depósitos Judiciais	(13.456)	(38.775)
Outros Créditos a Receber Longo Prazo	(2.794.570)	(42.987.788)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais	**5.751.432**	**38.898.372**
Ressarcimento ao SUS	(995.654)	(81.175)
Fornecedores de Serviços Médicos	2.115.615	260.460
Tributos e Encargos Sociais	121.695	329.248
Débitos Diversos	714.420	(4.084.044)
Empréstimos e Financiamento	(281.942)	(673.683)
Exigível a Longo Prazo	4.077.298	43.147.566
Caixa Líquido das atividades operacionais	**9.383.339**	**1.180.691**
Aquisição de Ativo Imobilizado	(2.485.682)	(1.338.465)
Aquisição de Intangível	(804)	(2.431)
Baixa de Imobilizado	82.346	-
Caixa Líquido das atividades de investimento	**(2.404.140)**	**(1.340.896)**
Outros Investimentos	(6.540.208)	-
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	-
Pagamento de Amortização - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(6.540.208)**	**-**
Variação Líquida do Caixa	**438.991**	**(160.205)**
Saldo Inicial de Caixa	682.198	842.404
Saldo Final de Caixa	1.121.190	682.198
Variação Líquida do Caixa	**438.991**	**(160.205)**

AMAURI ELIAS CALIL - Provedor - CPF 549.365.608-63
JOSÉ FERNANDO BERALDI - Tesoureiro - CPF 050.494.418-54
DÉBORA MÁRCIA LOPES DE ARAÚJO COSTA - CRCTC - 1SP 235155/O-7

DLPA - DEMONSTRAÇÕES LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DO EXERCÍCIOS 2016 E 2015
(EM REAIS)

	2016	2015
SALDO ACUMULADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**(8.104.605)**	**(18.887.390)**
(+) ADIÇÕES		
Superávit do Exercício	8.395.916	9.792.715
Ajuste Exercícios Anteriores	6.729.852	990.068
(-) EXCLUSÕES		
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-
SALDO ACUMULADO NESTA DATA	**7.021.163**	**(8.104.605)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõescontábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016

I. CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 1 - APRESENTAÇÃO.

ATIVIDADES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO.

A Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, é uma Instituição Filantrópica de caráter privado, fundada em 23 de setembro de 1896, prestadora de Serviços na área de saúde, de acordo com suas finalidades estatutárias, cabe a ela, mobilizar e otimizar todos os recursos financeiros, materiais, tecnológicos e humanos para garantir a eficiência dos serviços de assistência médica em todas as especialidades clínicas e cirúrgicas, prestados à população de Ribeirão Preto e região. Com 249 leitos, a Santa Casa, em seu prédio principal, com uma ampla infraestrutura ambulatorial, cirúrgica, obstétrica, diagnóstica, de emergência e intensivismo, como também Centro de Marcapasso, Banco de Sangue, Unidade de Quimioterapia; A Instituição oferece assistência humanizada e baseada nas diversas especialidades médicas e outras habilitações: Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Serviço Social, Terapia Ocupacional. A quase totalidade dos atendimentos é colocada à disposição de pacientes do Sistema Único de Saúde, a quem são reservados setenta por cento dos leitos. Apenas a parcela restante das internações é destinada a clientes particulares e de convênios, gerando receitas que são investidas na infraestrutura, beneficiando os usuários em geral e reforçando o comprometimento de todos os profissionais com a qualidade e os resultados.

Em decorrência da parceria entre a S.B.H. Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto e a Secretaria Municipal de Saúde, viabiliza através da assinatura do último convênio, sendo entidade fornecedora de bens e serviços ao SUS, recebe todas as receitas decorrentes dos Serviços prestados, aplicando-os no fomento e execução dos serviços de assistência médica e hospitalar. Possui também contratos com diversos convênios além do atendimento a particulares.

Declarada de Utilidade Pública Municipal, Lei nº 1.300, de 15/05/1963, Estadual - Decreto nº 34.891 de 28/04/1959 e Federal pelo Decreto de 21/10/1969, a Santa Casa possui ainda Registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

A Santa Casa goza de Imunidade de acordo com o Artigo 150 item VI, Letra C da Constituição Federal e ainda de isenção da cota patronal de acordo com o Artigo 195, parágrafo 7º.

A Santa Casa é regida pelo seu Estatuto, pelo Regimento Interno e pelas disposições legais, que lhe forem aplicáveis, submetendo-se anualmente suas contas à fiscalização e análise técnica dos diversos órgãos competentes.

Estrutura do Atendimento: A Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, presta atendimento à população de Ribeirão Preto e região, desde a sua fundação mantendo a filosofia de atender os pacientes mais carentes e necessitados. Tal estrutura de atendimento em saúde fornece suporte emergencial aos municípios ainda não atendidos com estrutura física própria. Atualmente é um hospital moderno, com 70% (setenta por cento) dos seus atendimentos voltados aos pacientes da rede pública de saúde-SUS e 30% (trinta por cento) para outros convênios, como Planos de Saúde e particulares, contando com equipes multidisciplinares e equipamentos de última geração que promovem um atendimento de alta qualidade. É um Hospital geral de alta complexidade, que presta atendimento a todas as especialidades de urgência/emergência,

internações e ambulatório, dentro elas: Serviço de Ginecologia e Obstetrícia; Serviço de Mastologia; Serviço de Pediatria e Neonatologia; Serviço de Anestesiologia; Serviço de Oncologia; Serviço de Cardiologia; Serviço de Gastroenterologia; Serviço de Proctologia; Serviço de Cirurgia Geral: Serviço de Cirurgia Pediátrica; Serviço de Cirurgia Vascular; Serviço de Urologia; Serviço de Nefrologia; Serviço de Endocrinologia; Serviço de Ortopedia; Serviço de Hematologia; Serviço de Neurologia e Neurocirúrgia; Serviço de Cirurgia Cardíaca; Serviço de Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Serviço de Pneumologia e Cirurgia Torácica; Serviço de Otorrinolaringologia; Serviço de Pediatria; Serviço de Eletrofisiologia; Odontologia; Serviço de Cirurgia Buco-maxilo-facial.

ATENDIMENTOS PRESTADOS A NÍVEL AMBULATORIAL:

DEFINIÇÃO - Serviço criado para prestação de atendimento eletivo de caráter ambulatorial em diversas especialidades médicas, prestando atendimento aos clientes que procuram a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

OBJETIVO - Atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde em regime ambulatorial incluindo prevenção, tratamento e vigilância à saúde da comunidade de forma programada e continuada.

Atendimentos Realizados no ano de 2016: No ano de 2016 foram realizados vários atendimentos ambulatoriais e internações que somam o total geral de atendimentos 261.431, conforme abaixo apresentado.

Pacientes Dia	Atendimento	Percentual
SUS	51.336	71,11%
Não SUS	17.014	24,89%
Total Pacientes Dia	**68.350**	**100%**
Atendimentos Ambulatoriais	**Atendimento**	**Percentual**
SUS	116.815	60,50%
Não SUS	76.266	39,50%
Total Ambulatorial	**193.081**	**100%**
Total Geral - Paciente Dia + Atendimento Ambulatório	**Atendimento**	**Percentual**
Pacientes SUS	168.151	64,32%
Pacientes Não SUS	93.280	35,68%
Total Geral	**261.431**	**100%**

INTERNAÇÕES EM DIVERSAS ESPECIALIDADES: A Santa Casa de Ribeirão Preto, realiza internações em todas as especialidades médicas e cirúrgicas, em diversos convênios, priorizando o atendimento ao SUS_Sistema Único de Saúde, totalizando um percentual de 71,11%. Nossa equipe de profissionais médicos é composta por especialistas de diversas áreas, que em parceria com o Centro Universitário Barão de Mauá, possue uma equipe médica onde atendem um Ambulatório de Especialidades, gerando internações e investindo também no ensino e na pesquisa.

DESTAQUES: PORTARIA SAS Nº 2.243, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016 - SECRETARIA DE ATENÇÃO À SÁUDE. Considerando o Despacho nº 982/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS Nº 25000.200887/2015-50, que concluí terem sido atendidos os requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101/2009 e suas alterações e demais legislação pertinentes, resolve: "Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à entidade SBH Santa Casa Misericórdia de Ribeirão Preto, CNES nº 2084414, inscrita no CNPJ nº 55.989.784/0001-14, com sede em Ribeirão Preto/SP". A Renovação tem validade pelo período de 29 de Abril de 2016 a 28 de Abril de 2019.

FONTES DE RECURSOS: Como entidade credenciada pelo Sistema Único de Saúde - SUS para o fornecimento de assistência médico-hospitalar em procedimentos ambulatoriais, exames e internações em todas as especialidades, a principal fonte de recurso da Santa Casa de Ribeirão Preto, decorre da prestação de serviços ao SUS. A eficiência e agilidade do modelo funcional, a gestão dos recursos do SUS e a filosofia de entidade filantrópica vêm garantindo, ao longo da existência da Santa Casa, o custeio dos serviços prestados, bem como os investimentos em projetos e programas específicos, que resultam na melhoria e expansão do atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Santa Casa de Ribeirão Preto considera o ano de 2016 como sendo de várias conquistas para os usuários de nossa entidade e pretende continuar trabalhando cada vez mais em busca da qualidade total dos serviços prestados a Comunidade e região.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

NOTA 1 - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e suas alterações, da Resolução do CFC nº 1.305/10 que, aprovou a NBC TG 07, e com observância da Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 e demais disposições complementares exigidas pelo Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/09 e suas alterações.

III - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

NOTA 1 -

a) As receitas, custos e despesas foram contabilizados pelo regime de competência, com base nos custos históricos como base de valor;

b) Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis em prazo de até 365 dias estão apresentados no circulante e após 365 dias no não circulante;

c) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência;

d) Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição que não supera o valor de mercado;

e) As contas a receber representam o faturamento da efetiva prestação de serviços médico-hospitalares;

f) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção e avaliações, e a depreciação foi calculada pelo método linear de acordo com o tempo de vida útil estimado do bem;

g) A Entidade constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos. Os títulos vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, em valor até R$ 5.000,00 são baixados como perdas;

h) A provisão de férias está calculada de acordo com os direitos adquiridos pelos funcionários e com os respectivos encargos sociais até a data do balanço;

i) Com relação aos impostos e contribuições, conforme legislação vigente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto é uma entidade filantrópica e está isenta da contribuição Patronal e de Terceiros ao INSS, bem como isenta de COFINS e PIS sobre o faturamento, CSLL e IRPJ;

IV - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

NOTA 1 - As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência.

1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo do disponível está composto pelo caixa e aplicações apresentados a seguir:

	2016	2015
Caixa	1.121.189,53	682.198,35
Aplicações	12.581.870,64	11.383.660,95
TOTAL	**13.703.060,17**	**12.065.859,30**

NOTA 2 - As contas onde são registrados os fatos relacionados aos créditos a receber decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares, representam o faturamento da efetiva prestação desses serviços. Outros Convênios a Receber estão compostos como segue:

OUTROS CONVÊNIOS	
Associação da Santa Casa	R$ 3.040.685,26
SASSOM	R$ 1.290.590,70
Unimed	R$ 1.424.016,33
Outros Convênios	R$ 3.218.585,52
(-) PDD	- R$ 3.658.217,40
TOTAL	**R$ 5.315.660,41**

NOTA 3 - O rubrica Bens e Títulos a Receber constantes no Balanço Patrimonial referem-se aos Títulos a Receber e Outros Valores e Bens, é composto por valores a receber da Prefeitura Municipal de Ribeirão, Subvenções Estaduais e adiantamento a funcionários e fornecedores . O estoque está contabilizado pelo seu custo médio de aquisição e não ultrapassa o valor de mercado. O grupo está composto como segue:

BENS E TÍTULOS A RECEBER	
Prefeitura Município Ribeirão	1.016.359,85
Adiantamentos a Funcionários	299.720,28
Aluguéis a Receber	374.888,86
Outros Valores	400.632,92
TOTAL	**2.091.601,91**

NOTA 4 - Estão apresentados no grupo realizável à longo prazo os depósitos judiciais e trabalhistas, e outros créditos a receber referem-se a depósitos de ações civil, sendo que, todos os valores estão devidamente atualizados até 31 de dezembro de 2016 quando cabível e estão assim apresentados:

	2016	2015
Depósito Trabalhista	R$ 1.027.951,18	R$ 1.014.495,64
Depósitos Civil	R$ 90.859,58	R$ 90.859,58
Moratória PROSUS	R$ 47.318.357,86	R$ 44.475.787,98
Outros Créditos	R$ 531.033,57	R$ 579.033,57
TOTAL	**R$ 48.968.202,19**	**R$ 46.160.176,77**

NOTA 5 - Os investimentos referem-se a imóveis para locação conforme apresentado no quadro a seguir. A rubrica outros investimentos refere-se a participação no capital da Associação corrigido pelo método da equivalência patrimonial.

Investimentos	2016	2015
Imóveis Destinados a Renda		
Terrenos	704.769,43	704.769,43
Edificações	6.571.582,78	6.571.582,78
Participação Societária		
Participação Associação Saúde	11.142.320,10	1.773.615,00
Ações Dívida Pública	143.065,00	143.065,00
TOTAL INVESTIMENTOS	**18.561.737,31**	**9.193.032,21**

NOTA 6 - O ativo imobilizado se apresenta pelo custo de aquisição ou valor original. As taxas de depreciações usadas quando aplicadas variam de 4% (quatro por cento) a 20% (vinte por cento). Os subgrupos investimentos, imobilizado e intangível estão compostos conforme segue:

IMOBILIZADO	2015	Entradas	Saídas	2016
EDIFICAÇÕES	R$ 13.705.869,11	R$ -	R$ -	R$13.705.869,11
TERRENOS	R$ 2.969.918,31	R$ -	R$ -	R$ 2.969.918,31
MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	R$ 5.811.720,41	R$ 2.218.003,01	R$ 8.198,00	R$ 8.021.525,42
INSTRUMENTAL CIRÚRGICO	R$ 309.069,89	R$ 14.000,00	R$ -	R$ 323.069,89
MÁQUINAS EQUIPAMENTOS NÃO HOSPITALARES	R$ 1.329.742,60	R$ 97.636,28	R$ 63.544,00	R$ 1.363.834,88
AQUISIÇÃO EQUIP. PROCESS. ELETRÔNICO DADOS-HARDWARE	R$ 396.143,26	R$ 84.941,43	R$ 1.638,20	R$ 479.446,49
INSTALAÇÕES - NÃO HOSPITALARES	R$ 288.968,74	R$ 41.377,00	R$ -	R$ 330.345,74
MÓVEIS E UTENSÍLIOS NÃO HOSPITALARES	R$ 1.311.491,90	R$ 29.724,00	R$ 8.965,60	R$ 1.332.250,30
VEÍCULOS	R$ 35.424,00	R$ -	R$ -	R$ 11.551,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	R$ 386.578,63	R$ -	R$ -	R$ 386.578,63
SUB TOTAL	R$ 26.544.926,85	R$ 2.485.681,72	R$ 82.345,80	R$28.924.389,77
(-) Depreciação	- R$ 6.257.259,07			- R$ 7.052.876,89
TOTAL DO IMOBILIZADO	R$ 20.287.667,78	R$ 2.485.681,72	R$ 82.345,80	R$ 21.871.512,88

INTANGÍVEL	2015	Entrada	Saída	2016
AQUISIÇÃO LICENÇAS MICROSOFT EM OPEN ACADEMIC	R$ 9.783,87	R$ 804,00	R$ -	R$ 10.587,87
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	- R$ 7.289,57	R$ -	R$ 505,46	- R$ 8.159,68
TOTAL INTANGÍVEL	R$ 2.494,30	R$ 1.192,42	R$ 1.258,53	R$ 2.428,19

NOTA 7 - A Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, suficientes para repor seus ativos.

NOTA 8 - Os valores lançados na rubrica fornecedores de serviços médicos referem-se aos compromissos assumidos com os fornecedores médicos para atendimentos aos pacientes da Santa Casa.

NOTA 9 - O parcelamento do FGTS firmado com a Caixa Econômica Federal apresenta no passivo circulante e no passivo não circulante e está sendo pago em 160 parcelas, com pagamento integral estimado em 09/09/2020 e está assim apresentado:

FGTS Curto Prazo	R$ 993.498,91
FGTS Longo Prazo	R$ 2.279.495,20
TOTAL	**R$ 3.272.994,11**

NOTA 10 - Nos desdobramentos contábeis tributos e contribuições no passivo circulante, existem vários saldos contábeis correspondentes ao Parcelamento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, firmado com a Receita Federal do Brasil, conforme recibos de números 08948989529451700831, 08948989529451700841, 08948989529451700851, 08948989529451700871 e 08948989529451700881, referente a dívida de PIS, INSS s/ Folha, IRRF e retenções de contribuições. Estes saldos foram atualizados até a presente data.

NOTA 11 - Os empréstimos bancários representam valores tomados junto a Instituições Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros e deduzidos das respectivas amortizações até a data do balanço.

NOTA 12 - As provisões de férias foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a presente data, bem como os encargos sociais do PIS sobre folha e o FGTS.

NOTA 13 - Os valores registrados na rubrica fornecedores de materiais e serviços referem-se aos compromissos assumidos pela Entidade com os fornecedores de materiais e outras despesas de manutenção.

NOTA 14 - As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles: avisos bancários, notas fiscais e outros. Nessa apuração estão excluídas as inadimplências e os valores considerados incobráveis.

NOTA 15 - Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social e demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 16 - As despesas da Entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 17 - As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo apresentadas de forma comparativa atendendo as normas e Leis vigentes. Alguns valores como Estoque e Bens e títulos a Receber foram reclassificados no ano de 2015 para que pudesse ser apresentado de forma comparativa a 2016.

NOTA 18 - O Patrimônio Social está composto pelo Patrimônio Social, Reservas e Prejuízos Acumulados. O resultado até a presente data foi positivo e será aplicado nas atividades operacionais da Entidade. O patrimônio está assim apresentado:

Patrimônio Líquido	**2016**	**2015**
Patrimônio Social	2.766.038,49	2.766.038,49
Reservas	387.140,46	387.140,46
Superávit/ (Déficit) Acumulados	7.021.163,11	(8.104.605,03)
TOTAL DO PATRIMÔNIO	**10.174.342,06**	**4.951.426,08**

NOTA 19 - Ajuste de Exercício Anterior

O valor apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social a título de ajuste de exercício anterior refere à correção de valores lançados em contas de rescisões contratuais e honorários médicos, além de R$ 6.540.207,62 referente a ajuste do resultado da equivalência patrimonial da participação na Associação de Saúde da Santa Casa de Ribeirão Preto.

NOTA 20 - Tributos e Contribuições

Tributos em Moratória com a RFB

A entidade aderiu em out/2014 ao **PROSUS** - Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde, e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde, no âmbito da Lei nº 12.873/2014.

Esse programa consiste na concessão de moratória referente às dívidas tributarias das instituições, que tem como contrapartida o aumento de 5% na oferta de serviços ao SUS.

Para a continuidade do programa, a instituição deverá manter sua situação tributaria regularizada em relação as reponsabilidades mensais, com isso a cada tributo corrente (mensal) pago, a empresa se torna credora do mesmo valor para abatimento no saldo de sua moratória.

O prazo dessa moratória é de 180 meses, porém há uma estimativa que dentro de 108 meses a intuição tenha liquidado todo o seu passivo tributário.

O sistema de compensação ainda não formalizado pelos órgãos federais, mas a instituição já obteve o beneficio do não pagamento do seu parcelamento referente a Lei nº 11.941/09, que já constituiu saldo para a composição da moratória.

Com isso toda a provisão hoje feita em nosso passivo aguarda essa regulamentação pelos órgãos Federais, sobre a forma de contabilização, pois a mesma será liquidada com créditos gerados com o próprio pagamento do mês corrente.

A empresa teve que optar pela desistência dos tributos parcelados dentro da Lei nº 11.941/09, colocando em moratória de remissão R$ 70.869.861,68, e aguarda o processo de formalização e compensação da moratória que estará vigente durante 15 anos.

Nessa Moratória cada R$ 1,00 do tributo do mês corrente pago será remitido para compensação desse saldo constituído no PROSUS.

A expectativa da empresa conforme quadro abaixo é de compensar toda a divida em aproximadamente 09 anos.

A empresa acumulou aproximadamente R$ 10.850.000,00 em créditos para compensação a moratória entre out/2014 e dez/2016.

Com a adesão da Entidade ao PROSUS, sua dívida tributária foi consolidada pela Receita Federal do Brasil, desta forma a Entidade reconheceu o ajuste desses valores, apresentado abaixo, em conta do passivo não circulante, em contrapartida com conta do ativo não circulante, no subgrupo realizável à longo prazo, cujo montante atualizado em 2016 está em torno de R$ 73.712.431,56 (setenta e três milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos).

NOTA 21 - Eventos Subsequentes

A entidade possui ações Civil, Trabalhista e Tributária, tendo sido registrado na contabilidade os valores classificados pelos seus assessores jurídicos como perda provável e as classificadas como perda possível e acordo com as normas contábeis estão abaixo apresentadas.

Ações Civil	R$ 8.691.481,22
Trabalhista	R$ 2.925.895,54
Ressarcimento ao SUS	R$ 1.613.102,34
TOTAL	**R$ 13.230.479,10**

NOTA 22 - Eventos Subsequentes

Não é do conhecimento da Administração da Entidade, até a presente data, de qualquer evento subsequente que possam vir a alterar de forma relevante a posição patrimonial e financeira apresentada até o momento.

Diretoria

AMAURI ELIAS CALIL - Provedor - CPF 549.365.608-63
JOSÉ FERNANDO BERALDI - Tesoureiro - CPF 050.494.418-54
DÉBORA MÁRCIA LOPES DE ARAÚJO COSTA - CRCTC - 1SP 235155/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Sociedade Beneficente e Hospitalar "Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto"**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e com a colaboração dos Auditores Externos, Audioesp - Auditoria e Consultoria S/C, CRC/SP 2sp 13587/0-7, CVM Nº 5019, examinaram o Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de 2016, em conjunto com as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e demais anexos.

À vista das verificações realizadas nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados, bem como baseados no parecer dos Auditores Independentes, são de parecer que o referido Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira dessa entidade.

Ribeirão Preto, 10 de abril de 2017
GERALDO LUIZ DE CARVALHO MARTINS
CLÁUDIO PINHEIRO DA ROCHA
SEBASTIÃO ROBERTO SOUZA COIMBRA

UE 02.09.10

A **QUADRAS DO SUL URBANIZADORA LTDA**, CNPJ: 14.492.125/0001-90, torna público que **requereu** a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, para construção do Empreendimento Loteamento Quadras do Sul referente ao Processo sob nº 02.2017.015599-0 sito na continuação da Av. Professor João Fiusa, s/nº, Bairro Jardim Olhos d'água, ficando disponível à consulta pública toda documentação que compõe o estudo, pelo período de cinco dias, de acordo com a Lei Complementar nº 2157/2007, na Secretaria e Planejamento e Gestão Pública.

(25, 26, 27, 28/04, 02/05)

A **ITAMAR LAVESSO E CIA. LTDA.**, torna público que **recebeu** junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, através do Processo nº 02.2012.014376-0, a **Renovação da Licença de Operação nº 23/2017**, para a atividade de Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC), na Avenida Eduardo Andrea Matarazzo, 5520, Parque Industrial Tanquinho, CEP: 14.075-820, município de Ribeirão Preto - SP.

A **SONIA A MONTEIRO & CIA. LTDA-ME**, torna público que **solicitou** junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, através do Processo nº 02.2009.042255-0, a **Renovação da Licença de Operação**, para a atividade de Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil, na Travessa Mário Spanó, 137, Vila Lobato, CEP: 14.050-169, município de Ribeirão Preto - SP.

A **ANDREZA CRISTIANE DOS SANTOS PUGA-ME.**, torna público que **solicitou** junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, através do Processo nº 02.2017.016007-2, a **Licença Prévia, de Instalação e/ou de Operação**, para a atividade Fabricação de Móveis com predominância de Madeira, na Rua São Paulo, 1930, Campos Elíseos, CEP: 14.085-010, município de Ribeirão Preto - SP.